

## A RELAÇÃO ENTRE CAPITAL SOCIAL E A CORRUPÇÃO

LARA FEITOSA

JOSÉ MILTON DE SOUSA-FILHO

### Introdução

Na América Latina, a desconfiança da população no governo e nas suas instituições, nesse continente, bem como a cooperação entre os seus agentes vem decrescendo. Níveis reduzidos de confiança nos políticos e nas instituições parecem ser uma tendência ao redor do mundo, não somente em países ricos, mas também em democracias nascentes no mundo (Hetherington, 2005). Assim, se analisou dados cross-section e dados em painel, por intermédio do software Stata versão 13, referente à índices dos países da América Latina. Os dados foram captados pelo período de 2010 a 2020, nas bases do Latonobarômetro,

### Problema de Pesquisa e Objetivo

A pergunta da presente pesquisa é: “Quanto menor o capital social, maior o nível de corrupção em um país?” O delineamento da pesquisa é basilar para a objetivação do escopo, das técnicas e métodos aplicados, no sentido de se responder ao problema de pesquisa. Assim, a partir da lacuna teórica existente entre os construtos “capital social” e “corrupção”, tem-se que este estudo é exploratório, explicativo e descritivo. Neste estudo será realizada uma abordagem quantitativa (Cooper & Schindler, 2003; Silva & Menezes, 2001).

### Fundamentação Teórica

O conceito de capital adotado nesta pesquisa, segue a linha defendida nas obras de Putnam (2006), Fukuyama (2008), Baquero (2003), Kliksberg (2000), Valdivieso (2003), no qual os valores culturais desempenham um importante papel nas conceituações de capital social. Assim, capital social, é um atributo da estrutura social e se refere às características das organizações sociais, como redes, normas, sistemas, cadeias de relações sociais e confiança, que contribuem para aumentar a eficiência das ações coletivas e das políticas públicas, além de facilitar as ações coordenadas, cooperadas.

### Metodologia

Assim, a partir da lacuna teórica existente entre os construtos “capital social” e “corrupção”, tem-se que este estudo é exploratório, explicativo e descritivo. Neste estudo será realizada uma abordagem quantitativa (Cooper & Schindler, 2003; Silva & Menezes, 2001). A pesquisa utilizará o método quantitativo, usualmente aplicado aos estudos descritivos, pretendendo descobrir e classificar as relações entre as variáveis, bem como verificar a relação entre os fenômenos a serem investigados. O contexto a ser examinado foram os países que compõe a América Latina (exceto Cuba e Haiti).

### Análise dos Resultados

Assim, se analisou dados cross-section e dados em painel, por intermédio do software Stata versão 13, referente à índices dos países da América Latina. Os dados foram captados pelo período de 2010 a 2020, nas bases do Latonobarômetro, para o construto do Capital Social e bem como o Índice de Percepção da Corrupção para o construto da Corrupção, com o propósito de se verificar a interferência do capital social na corrupção. Há de destacar que pela ausência de dados não foram captados dos dados de Cuba e do Haiti.

### Conclusão

Como resultado, desta análise, apurou-se que, apesar de existir uma relação inversamente proporcional como se esperava, entre o capital social e a corrupção, esta não é significativa. Suspeita-se que a não confirmação da hipótese de pesquisa fundamenta-se nas origens diversas da corrupção não relacionadas ao capital social, como por exemplo a baixa competição, a elevada discricionariedade e a pouca responsabilidade de prestação de contas e de transparência dos órgãos públicos, bem como por conta da corrupção ocorrer mais em nível local.

### Referências Bibliográficas

Anexas ao artigo

### Palavras Chave

capital social, corrupção, Relação inversa

### Agradecimento a órgão de fomento

Agradecimento à Universidade de Fortaleza e à CAPES.

## **A RELACAO ENTRE CAPITAL SOCIAL E A CORRUPÇÃO**

### **RESUMO**

Este estudo examinou a interferência do capital social na corrupção nos países América Latina (exceto Cuba e Haiti), bem como utilizou como variáveis moderadores a saúde, educação e o índice de desenvolvimento humano - IDH. Pesquisas anteriores apresentavam uma análise mais positiva do capital, enquanto o presente estudo, buscou explorar os efeitos negativos. Argumentou-se que no contexto institucional da América Latina, a desconfiança da população no governo vem crescendo ao longo dos anos. Descobriu-se que a relação entre o capital social e a corrupção apesar de ser inversamente proporcional, não é significância. Mesmo entendimento pode ser estendido à educação, ou seja, independente no nível de escolaridade, constata-se atos corruptos. No que tange à saúde e ao IDH, os resultados demonstraram que há uma ligação significativa com a corrupção. Assim, investir na melhoria dos índices destas duas variáveis (saúde e IDH) é uma forma de minimizar os elevados percentuais de corrupção nos países da América Latina. Essas descobertas fornecem novos insights sobre a divulgação do estudo do capital social na América Latina, mediante a coleta de dados primários acerca de seu viés negativo.

Palavras Chaves: Capital Social. Corrupção. Relação fraca.

### **ABSTRACT**

This study examined the interference of social capital in corruption in Latin American countries (except Cuba and Haiti), as well as using health, education and the human development index - HDI as moderating variables. Previous research presented a more positive analysis of capital, while the present study sought to explore the negative effects. It was argued that in the institutional context of Latin America, the distrust of the population in the government has been growing over the years. It was found that the relationship between social capital and corruption, despite being inversely proportional, is not significant. The same understanding can be extended to education, that is, irrespective of the level of education, corrupt acts are observed. Regarding health and HDI, the results showed that there is a significant link with corruption. Thus, investing in improving the indices of these two variables (health and HDI) is a way of minimizing the high percentages of corruption in Latin American countries. These findings provide new insights into the dissemination of the study of social capital in Latin America, by

collecting primary data about its negative bias.

Keywords: Social Capital. Corruption. Weak relationship.

## INTRODUÇÃO

Na América Latina, a desconfiança da população no governo e nas suas instituições, nesse continente, bem como a cooperação entre os seus agentes vem decrescendo. Níveis reduzidos de confiança nos políticos e nas instituições parecem ser uma tendência ao redor do mundo, não somente em países ricos, mas também em democracias nascentes no mundo (Hetherington, 2005).

Tal desconfiança pode ser atribuída a diversos fatores como: fraco desempenho econômico da maioria das novas democracias da região, casos de corrupção e uso abusivo das instituições políticas por parte dos governantes (Power; Jamison, 2005).

Com o desenvolvimento da teoria do capital social, muitos são os estudos que apresentam as vantagens acerca desse tipo de capital para o crescimento econômico (Putnam et al., 1993; Knack; Narayan, 1997; Fukuyama, 1995; Narayan; Pritchett, 1999; Turner, 2010; Dasgupta, 2009). Entende-se que o desenvolvimento de políticas públicas para visem alavancar esse capital pode ser um instrumento para incrementar positivamente o desenvolvimento econômico de determinado país, bem como impactar na redução da corrupção (Barr, 2003; Bouma Et Al., 2008; Mansuri; Rao, 2004; Gächter; Herrmann, 2009; Saito et al., 2017).

Parte da literatura existente, não considera o capital social como um dos influenciadores da corrupção ou quando assim entende, afirmam que a relação é recíproca ao invés de manter a causalidade da relações (Naheed & Majeed, 2018). Neste sentido, é relevante estabelecer um nexos entre o capital social a corrupção, com o propósito de contribuir para o preenchimento desta lacuna teórica.

Assim, se analisou dados cross-section e dados em painel, por intermédio do software Stata versão 13, referente à índices dos países da América Latina. Os dados foram captados pelo período de 2010 a 2020, nas bases do Latonobarômetro, para o construto do Capital Social e bem como o Índice de Percepção da Corrupção para o construto da Corrupção, com o propósito de se verificar a interferência do capital social na corrupção. Há de destacar que pela ausência de dados não foram captados dos dados de Cuba e do Haiti. Ademais, como variáveis moderadoras, somou-se ao modelos os índices de educação, saúde e IDH.

Como resultado, desta análise, apurou-se que, apesar de existir uma relação inversamente proporcional como se esperava, entre o capital social e a corrupção, esta não é significativa. Suspeita-se que a não confirmação da hipótese de pesquisa fundamenta-se nas origens diversas da corrupção não relacionadas ao capital social, como por exemplo a baixa competição, a elevada discricionariedade e a pouca responsabilidade de prestação de contas e de transparência dos órgãos públicos, bem como por conta da corrupção ocorrer mais em nível local. Há de se acrescentar que como limitação desta pesquisa, traz-se que os dados da corrupção foram captados em nível geral (governo federal), bem como os dados do capital social pressupõem um ambiente positivo, porém, como destacado neste estudo, o capital social, também pode ser observado em ambientes negativos, como são os casos das manipulações de licitações, dos cartéis e das facções criminosas que inclusive, operam com a participação de servidores públicos que facilitam ou permitem que as ações corruptas aconteçam.

### **1 Relação entre Capital Social e Corrupção**

O conceito de capital adotado nesta pesquisa, segue a linha defendida nas obras de Putnam (2006), Fukuyama (2008), Baquero (2003), Kliksberg (2000), Valdivieso (2003), no qual os valores culturais desempenham um importante papel nas conceituações de capital social. Assim, capital social, é um atributo da estrutura social e se refere às características das organizações sociais, como redes, normas, sistemas, cadeias de relações sociais e confiança, que contribuem para aumentar a eficiência das ações coletivas e das políticas públicas, além de facilitar as ações coordenadas, cooperadas e compartilhadas (Putman, 2003).

Neste sentido, os elementos usados para as conceituações de capital social fornece a identificação das fontes do capital social, quais sejam: rede, normas compartilhadas e confiança (Adler e Kwon (2009)). Assim, conforme defendido por Knack (2002), a confiança possui um papel relevante na formação desse capital. De acordo com o autor, capital social sob a forma de confiança generalizada e normas cívicas fortes prescreve cooperação em ambientes maiores, podem melhorar o desempenho governamental, ampliando a responsabilidade do Governo, facilitando acordos em ambientes de polarização e inovando em políticas frente a novos desafios.

É preciso observar, também, as formas de associação entre os indivíduos e grupos, avaliando suas consequências e efeitos (Durston, 2000). A cultura de pertencimento a um grupo social, também é capaz de excluir e marginalizar os “outros”, privando-os do acesso a diversos recursos. Os próprios laços fortes, que produzem benefícios para os membros de um grupo, permitem-lhes também, cercear o acesso a terceiros (Portes, 2000). Quando a exclusão se refere

à retenção de recursos dos quais os outros precisam, a liberdade de associação pode reformar a distribuição desigual do poder econômico e permitir a conspiração da corrupção (Wareen, 2001).

Vale reforçar que a confiança é um elemento crucial do conceito mais amplo de “capital social”, ou seja, nas normas, nas redes e em outras formas de se conectar, a confiança está intrínseca e permite às pessoas trabalharem em conjunto mais efetivamente (Fukuyama, 1995; Putnam, 1993, 2003). Assim, o presente estudo investigará a influência unilateral do capital social sobre a corrupção, bem como abordará a possibilidade deste construto ser útil na luta contra a corrupção (Seligson, 2002).

As causas predominantes da corrupção estão relacionadas com o comportamento do agente público à luz da sua racionalidade econômica no que respeita aos benefícios e aos custos envolvidos, e conforme a fragilidade das instituições, o poder discricionário dos agentes públicos, a baixa competição e a ausência de accountability. Somado a isso, defende-se que um ambiente público dotado de baixo capital social é um solo fértil para a prática de condutas corruptas (Klitigarrd, 1994).

Rose-Ackerman (1999), atesta uma influência unilateral da confiança na corrupção. Bjornskov (2003), enfatiza que os agentes não são susceptíveis de aceitar um suborno com maior nível de capital social na sociedade. Isso significa que os baixos níveis de confiança podem estimular a corrupção em uma sociedade, porque as pessoas não conseguem desenvolver elos de cooperação (Bjornskov, 2012; Kubbe, 2014). Desta feita, se a confiança é baixa e as expectativas dos cidadãos uns para com os outros são sistematicamente céticas, as instituições passam a ser meras formalidades, desprovidas de respeito e eficácia, uma vez que as pessoas abandonam a obediência na expectativa de que os demais farão o mesmo (Power & Gonzalez, 2003).

É exatamente neste ambiente de alto ou baixo capital social que se defende, nesta pesquisa, a relação com a corrupção. Se o “ambiente” for dotado de um alto nível de confiança entre os indivíduos (capital social), a prática de atos corruptos pode ser mitigada, haja vista os indivíduos terão desenvolvido relações embasadas na credibilidade e boa reputação.

Husted (1999), também analisa a relação entre a confiança e a incidência de comportamento corrupto e conclui que a confiança está inversamente relacionada à “incerteza”, e que a incerteza, por sua vez, está positivamente relacionada à corrupção. A falta generalizada de confiança no governo oportuniza a corrupção (Della Porta & Vanucci, 1999).

É significativo sublinhar que apesar da confiança ser a variável mais impactante na mensuração do capital social, as outras duas “normas” e “redes” auxiliam na explicação do tipo de relação que se concretiza (Matos, 2009). Uma amostra é que não só a corrupção, ganha status de “fatalidade”, nesse âmbito, mas também o clientelismo (Warren, 2001, p. 11).

Estudos afirmam que a corrupção é altamente prejudicial para a democracia pois diminui o apoio dos cidadãos ao regime (Booth & Seligson, 2009; Carlin et al., 2013), gera relações clientelistas (Roninger, 2005) e afeta a moral social da sociedade (Estévez, 2005). Para mais, de acordo com Suárez et al. (2001), a corrupção pressupõe a existência de uma rede de atores e organizações que operam em diferentes níveis, estabelecendo processos transacionais que implicam algum tipo de atitude transgressora e um pacto de silêncio. Em outras palavras, o fenômeno da corrupção torna-se naturalizado como uma “forma normal de fazer as coisas” na sociedade, nas intuições e nas organizações.

Kaufmann et al. (2004) afirmam que a corrupção tem se mostrado um imposto regressivo para o pobre, que acaba pagando com uma parcela desproporcional da sua renda em propinas para usufruir de serviços básicos, tendo um acesso reduzido à saúde, à educação, além de outros serviços.

A corrupção é um fenômeno globalizado, mas a ocorrência dela predomina nos países pobres e em desenvolvimento (Gliym et al., 2013; Roseackerman, 2002). Assim, torna-se um problema significativo e mais preocupante em vista dos seus efeitos perversos sobre os investimentos e sobre o crescimento econômico (Olken, 2012; Tanzi, 1998; Mauro, 1995).

Escolheu-se o contexto da América Latina, tendo em vista a as sociedades destes países apresentarem grandes disparidades de distribuição de riqueza, o que reforça as desigualdades existentes, as estruturas paternalistas e hierárquicas, privilégios sociais e até mesmo a convivência naturalizada com a corrupção (Kliksberg, 2000).

Neste cenário, formula-se a seguinte Hipótese de Pesquisa:

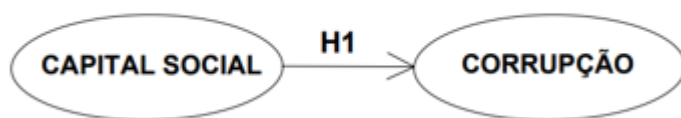
**H1: Quanto menor o capital social, maior o nível de corrupção em um país.**

## **2 Modelo Teórico**

O uso de modelos permite a análise e previsão do comportamento de determinado fenômeno, sendo, desse modo, uma forma de obtenção de conhecimento (Mazzon, 1978). Conforme Hair et al. (2009), um modelo se configura como uma possibilidade de operacionalizar uma teoria, fornecendo uma representação das relações a serem analisadas.

Segundo Cooper e Schindler (2003), o objetivo é que o modelo proposto possa representar um sistema construído para estudar algum aspecto desse sistema ou do sistema como um todo.

O modelo teórico desta pesquisa pode ser observado na Figura 1.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora

O presente estudo trata da relação entre capital social e corrupção. Os trabalhos mencionados no tópico anterior foram essenciais para o entendimento das possíveis relações entre os *construtos* da pesquisa.

### 3 Método

Estudiosos salientam que os processos metodológicos são indispensáveis para a compreensão da pesquisa e para a nitidez da análise de dados e dos resultados (Cooper & Schindler, 2003; Kerlinger, 1980). Esta seção versará sobre os procedimentos que orientarão a condução da pesquisa, enfocando o seu delineamento, suas técnicas de coleta e análise de dados e seu objeto de estudo.

#### 3.1 Delineamento da Pesquisa

O delineamento da pesquisa é basilar para a objetivação do escopo, das técnicas e métodos aplicados, no sentido de se responder ao problema de pesquisa. Assim, a partir da lacuna teórica existente entre os construtos “capital social” e “corrupção”, tem-se que este estudo é exploratório, explicativo e descritivo. Neste estudo será realizada uma abordagem quantitativa (Cooper & Schindler, 2003; Silva & Menezes, 2001).

A pesquisa utilizará o método quantitativo, usualmente aplicado aos estudos descritivos, pretendendo descobrir e classificar as relações entre as variáveis, bem como verificar a relação entre os fenômenos a serem investigados. Este método se caracteriza pela aplicação de técnicas estatísticas com o propósito de obter a exatidão dos resultados, evitar as distorções de análise e de interpretação, com o intuito de proporcionar uma margem de segurança quanto às inferências

(Richardson, 1999).

O contexto a ser examinado foram os países que compõe a América Latina (exceto Cuba e Haiti), visto que as regras e procedimentos, por vezes, não levam em conta as configurações das relações de poder e negligenciam as variadas formas de como os gestores interpretam as regras, negociam em torno delas e as aplicam em função de recurso de poder os quais são distribuídos de forma desigual (Baquero, 2015).

### 3.1 Amostra

Os dados dos construtos que compõe a equação (Figura 1. Modelo Teórico) foram coletados nas seguintes bases de dados secundários: 1. Latinobarômetro para o Capital Social, no qual 0 (zero) significa nenhuma confiança no Governo e 100 (cem) muita confiança; e 2. Índice de Percepção da Corrupção (CPI) para a Corrupção, pontuando-os de 0 (zero) percebido como muito corrupto a 100 (cem) muito transparente, um país livre de corrupção, o que ressalte-se, não há nenhum mais no mundo nesta situação. Neste sentido, serão considerados os agrupamentos de alguns assuntos homogêneos sobre os construtos a serem analisados. Há de se informar que para o desenvolvimento desta pesquisa, para foi necessário fazer a escala inversa, tendo em vista que o construto da corrupção segue em ordem crescente, ou seja 0 (zero) representa nenhuma confiança no governo e 100 (cem) confiança plena. Desta feita, para que os dois construtos possuíssem os mesmos parâmetros, inverteu-se a escala da corrupção mediante a fórmula  $= (100 - \text{CPI}) = \text{CPI Inversa}$ , para que 0 (zero) refira-se a um país sem corrupção e 100 (cem) um país muito corrupto.

Informe-se que o Latinobarômetro, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Santiago, Chile. Esta instituição investiga o desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade em seu conjunto, usando indicadores de opinião pública os quais medem atitudes, valores e comportamentos. Neste sentido, captou-se nesta base, os dados para aferição do construto “capital social”, no qual se utilizou o *proxy* da confiança coletado na plataforma do Latinobarômetro.

No que se refere ao Índice de Percepção da Corrupção - CPI, é a mais antiga e abrangente ferramenta de medição da corrupção no mundo, analisando os níveis de corrupção no setor público de 180 países e territórios.

Desde a criação, em 1995, o CPI é o indicador de corrupção mais utilizado em todo o mundo, pontuando 180 países e territórios a partir da percepção de especialistas e executivos de negócios sobre os níveis de corrupção no setor público. Este é um índice composto, ou seja,



resulta da combinação de fontes de análise de corrupção desenvolvidas por um conjunto de organizações independentes de referência.

Todos os dados coletados na pesquisa foram consolidados em planilhas eletrônicas no software Stata versão 13. A escolha deste software se deu principalmente porque ele é muito utilizado em tarefas de econometria, dados cross-section e dados em painel, sendo portanto o mais adequado a ser aplicado neste trabalho.

Somado a estes dados, coletou-se ainda os dados de Saúde, educação, índice de desenvolvimento Humano (IDH), como variáveis que podem influenciar no resultado.

### *3.2 Variáveis independentes, dependente e de controle*

Neste estudo o capital foi analisado como a variável independente. A corrupção como a variável dependente, de modo a ser estudado se o capital social tem influência na corrupção. Para auxiliar na consolidação do modelo, entende-se que os índices de saúde, educação e IDH de cada país podem interferir no resultado, por esta razão, utilizou-as como variáveis de controle.

### *3.3 Modelo estatístico*

Os procedimentos para análise de dados contemplarão a indicação do software para realização dos testes e a modelagem de dados em painel. Os testes estatísticos foram realizados com emprego do *Stata (versão 13)*. Após a identificação de todas as variáveis, será empregada uma modelagem de regressão com dados em painel, que permitirá a estimação de regressões englobando os países da América Latina pelo período de 2010 a 2020.

Dados em painel é um modelo útil quando se intenta estudar o comportamento de determinado fenômeno que se altera entre observações e, simultaneamente, de maneira temporal, por meio de uso de banco de dados que estejam estruturado com muitas *cross-sections* ao longo do tempo (Fávero, 2015). Essa técnica é útil, pois permite ao pesquisador observar as relações dinâmicas, algo que não se pode fazer com uma só *cross-section* (Wooldridge, 2010). Além disso, identifica-se entre as vantagens, a possibilidade de controle de heterogeneidade presente nos indivíduos e a ampliação do universo amostral (Takamatsu, 2015).

Desta feita, seguiu-se os seguintes passos para se chegar aos resultados:

Primeiramente, verificou-se que os painéis estão balanceados, pois há valor de referência em todos os anos (2010 a 2020), nos dois construtos (Capital Social e Corrupção) somando às variáveis que auxiliaram na robustez do modelo, quais sejam: saúde, educação e IDH.

Por conseguinte, entendeu-se que a regressão é o método estatístico mais apropriado para avaliar o efeito de variável independente sobre uma variável dependente. Dada a existência de diversas variáveis invariantes no tempo (país, corrupção, saúde, educação e IDH), a regressão de efeitos fixos foi a constatada como a mais apropriada. Para confirmar nossa intuição, realizou-se o teste de Hausman para determinar qual modelo (efeitos fixos ou efeitos aleatórios) fez mais sentido no nosso caso. O teste de Hausman ( $\chi^2 < 0,05$ ) indica que os efeitos fixos são mais adequados, visto que apresentou relevância no modelo ( $\text{Prob} > \chi^2 = 0.000$ ).

No contexto de séries temporais de corte transversal agrupado, essas suposições podem ser violadas de várias maneiras. O processo de erro pode ser homocedástico dentro de unidades de seção transversal, mas sua variância pode diferir entre as unidades: uma condição conhecida como heterocedasticidade de grupo. A autocorrelação e a heterocedasticidade foram verificadas e ambos os problemas foram encontrados nos dados. Assim, utilizou-se o algoritmo de Newey-West (`newey2`) com o objetivo de corrigir os erros robustos para controlar problemas de autocorrelação e heteroscedasticidade.

### **3 Resultados**

A amostra contém dados do capital social (proxy: confiança), corrupção, saúde, educação e IDH de 18 (dezoito) dos 20 (vinte) países que compõem a América Latina, exceto Cuba e Haiti, mostrando-se portanto, fortemente balanceado.

Após isso realizou-se o teste com o objetivo de se verificar a correlação entre as variáveis, através do comando `xtserial`. Na oportunidade, apurou-se a existência de autocorrelação entre as variáveis. Ato contínuo, foram efetuados os teste de regressão de efeitos fixos, aleatórios e o teste de Hausman com o objetivo de verificar o melhor modelo de regressão. Nesta conjuntura, por se constatar o valor de  $\chi^2 < 0,05$ , entendeu-se que o modelo de efeitos fixos é o mais adequado, visto que o resultado encontrado foi de  $\text{Prob} > \chi^2 = 0.000$ .

Por conseguinte, efetivou-se o teste heteroscedasticidade do modelo através do comando `xttest3`. Como resposta, encontrou-se que há heteroscedasticidade, visto que foi  $\text{Prob} > \chi^2 = 0.000$ . Assim, buscando resolver os erros relacionados com a autocorrelação e heteroscedasticidade, aplicou-se o teste de significância estatística `newey2` e por resultado deparou-se com o Quadro 1 abaixo:

Variáveis	Variável Dependente: Corrupção <i>Efeitos fixos</i>
Capital Social	0.562
Educação	0.179
Saúde	0.003
IDH	0.000
Constante	0.000
<hr/>	
Porb>F Chi2	0.0013
Significância do Modelo	0.000
Teste de Hausman	0.000
Número de observações	198
Número de países	18

Ancorados no quadro acima, pode-se constatar que o capital social, apesar ter uma relação inversamente proporcional com a corrupção, uma vez que os índices apresentam-se negativos, não tem significância relação, visto que  $P > |t| = 0.562$ . Mesmo entendimento deve ser aplicado à educação  $P > |t| = 0.179$ .

Noutra seara, como resultado significante, descobriu-se que o IDH ( $P > |t| = 0.000$ ), bem como a saúde ( $P > |t| = 0.003$ ) impactam na corrupção.

Em seguida tais resultados serão discutidos à luz da literatura.

#### 4. Discussão

O objetivo deste estudo foi avaliar a influência do capital social na corrupção, de modo a experimentar a hipótese de pesquisa de que quanto menor o capital social, maior o nível de corrupção em um país. Contudo, em consonância com os dados e respostas encontradas apurou-se que apesar desta ligação entre capital social e corrupção ser inversa, este não é um nexos que gera significância, ou seja, não é forma de combater a corrupção de um país fomentando a boa relação de confiança e redes entre os indivíduos (Putnam, 2003).

Apesar dos resultados encontrados, no contexto geral, ainda existir uma grande dificuldade em se relacionarem, entende-se que referido resultado pode ter sido ocasionado tendo em vista que todas as bases de dados hoje encontradas relacionadas ao capital social, trazem apenas valores que possuem como premissa uma relação positiva entre os indivíduos (Bjornskov, 2012; Kubbe, 2014).

Desta feita, há de se destacar há uma linha de pesquisa relacionada com a corrupção que interpreta a confiança como facilitadora de acordos corruptos. Nesta acepção, os indivíduos corruptos são inclinados a racionalizar suas ações e desconsiderar a probabilidade de sua atitude ser descoberta (Fleming & Zyglidopoulos, 2008; Anand et al., 2004).

Desse modo, a corrupção pode ser maior no nível local, devido à maior intimidade e frequência de interações entre os indivíduos e funcionários públicos. Neste cenário, a corrupção prospera na confiança, contudo esta não é compreendida pela sociedade como um relação honesta ou positiva. Neste tipo de relação, não há dados que sejam capazes de mensurar este capital social negativo.

A maior proporção da literatura sobre capital social indica uma tendência ao exame mais minucioso acerca das consequências positivas a ele associadas, do que dos seus efeitos negativos, cruéis e nocivos (Arrigada, 2003; Ostrom, 2003; Portes, 2000; Warren, 2001).

Em parte, Putnam (2003) reconhece o “lado escuro do capital social” ao refletir se o capital social não estaria em guerra com a liberdade e a tolerância ou com a igualdade. Desta feita, a positividade ou negatividade relacionada ao capital social, não são inerentes ao conceito, mas depende de como as relações são definidas em determinado contexto. Neste sentido, é plausível afirmar que os próprios mecanismos apropriáveis por indivíduos e grupos, como é o caso do capital social, podem ocasionar, repercussões menos desejadas, a saber: corrupção, exclusão social, restrições à liberdade individuais, dentre outros (Portes, 2000). É relevante discorrer sobre os efeitos negativos por dois propósitos principais, primeiramente, para evitar os erros de reconhecer que as redes comunitárias, o controle social e as sanções coletivas sejam intrinsecamente positivos e segundo para manter o aprendizado sobre capital social desprendido de enunciados deterministas e, em geral, voltados apenas ao aspecto positivo (Portes, 2000).

Assim, uma maneira de interpretar o resultado é afirmar que nos países da América Latina aprimorar o capital social da sociedade e em especial dos servidores públicos, não é uma maneira de se combater a corrupção. Ademais, o que também merece destaque foi a constatação de que a educação não impactada na corrupção, ou seja, prover uma melhor educação à sociedade não vai reduzir os níveis de corrupção dos países da América Latina. Pode-se inclusive concluir que a prática de atos corruptos independe no nível de educação da sociedade dos países da América Latina. Contudo, outra esfera, investir em saúde e no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) são variáveis que podem minimizar o impacto negativo da corrupção e por consequência reduzir estes índices tão elevados que se observa nesta amostra.

## CONCLUSÃO

A pergunta da presente pesquisa é: **“Quanto menor o capital social, maior o nível de corrupção em um país?”** A resposta encontrada foi: “não” para os países da América Latina, ou seja, o menor ou maior nível do capital social de um país não influencia no índice de corrupção. Este achado possui entendimento diverso do esposado no referencial teórico e utilizado na elaboração e fundamentação das hipóteses da pesquisa, contudo, por meio de sistema de cálculos estatísticos oportuno para uma adequada análise dos dados obtidos, foi possível perceber a não ocorrência de uma relação significativa entre o capital social e a corrupção.

Essa fraca relação, apesar de inversamente proporcional como se estimava, pode ser explicada pelas origens diversas da corrupção como, alinhando-se à teoria do agente-principal, Klitgaard (1994) definiu como fatores causadores de corrupção a baixa competição, a elevada discricionariedade e a pouca responsabilidade de prestação de contas e de transparência. Somando a isso, segundo Tanzi (1998), chega-se a ponto de criar um terreno fértil para a corrupção, via excesso de regulamentação e outras atividades governamentais, que, normalmente, geram distorções no mercado: restrição da competitividade privada e redução do retorno dos projetos.

Nesse sentido, podem-se vislumbrar práticas de corrupção em diversas situações burocráticas e institucionais, principalmente quando as ações e os atos dos servidores são razoavelmente valorados pelo demandante. Exemplo disso é a situação em que funcionários públicos têm o poder de atribuição de direitos sobre recursos escassos, de modo a poder negociar licença, quotas, subsídios, financiamentos, incentivos fiscais, concessão de áreas para instalação de empresas.

Este estudo tentou contribuir no preenchimento das lacunas teóricas, metodológicas e empíricas referentes à temática e à influência do capital social na corrupção. Assim, uma vez não sendo constatada essa relação forte, não significa dizer que as pesquisas sobre esta teoria devam cessar, mas sim, que dados precisam ser aprimorados. Observa-se a ausência de dados sobre capital social que indiquem seus efeitos negativos, cruéis e nocivos. Desta feita, por se entender que a corrupção pode ser influenciada por uma relação negativa do capital social, há de se explorar mais estudos neste sentido ao ponto de se melhorar este modelo. Para ilustrar que o capital social pode prosperar em ambientes negativos ou ilegais tem os cartéis e das facções

criminosas.

A ausência de dados que analisem o capital social com seus efeitos negativos, pode ser considerada uma limitação da presente pesquisa. No entanto, essa limitação representa direções importantes para pesquisas futuras a fim de melhorar o modelo empírico. Além disso, estudos futuros precisam coletar dados primários relacionados ao capital social negativo, por meio de métodos de pesquisa bem elaborados permitirá que os pesquisadores determinem até que ponto essa relação seja significativa em diferentes países da América Latina. A pesquisa qualitativa pode revelar variáveis ainda não examinadas e sua relação com o construto da corrupção.

Ademais, apesar da hipótese de pesquisa não ter se confirmado neste modelo, pode-se extrair dos resultados que são maneiras de se combater a corrupção o investimento, por parte dos órgãos governamentais em saúde e IDH da população. Deste modo, pode-se afirmar que os resultados desta pesquisa têm potencial para ampliar as discussões na intersecção dos estudos de capital social e corrupção na América Latina.

## Referências

- Baquero, M. (2003). Construindo uma outra sociedade: O capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Rev. Sociol e Política*, (21), 83-108.  
10.1590/s0104-44782003000200007
- Baquero, M. (2003). Dossiê Cultura Política, Democracia e Capital Social. *Rev. Sociol e Política*, (21), 7-11.
- Baquero, M. (2015). Corruption, political culture and negative social capital in Marcello Baquero. *Rev. Debates*, 9, 139-157.
- Bjornskov, C. (2012). How does social trust affect economic growth? *Southern Economic Journal*, (78), 1346-1368.
- Booth, J. A., & Seligson, M. A. (2009). *The legitimacy puzzle in Latin America: Political support and democracy in eight nations*. Cambridge University Press.
- Bouma, J., Bulte, E., & Van Soest, D. (2008). Trust and cooperation: Social capital and community resource management. *Journal of environmental economics and management*, 56(2), 155-166.
- Carlin, R. E. et al. (2013). Political legitimacy and democratic values. In: M. A. Seligson et al. (Ed.), *The political culture of democracy in the Americas 2012: Towards equality of opportunity*. Vanderbilt University.
- Coleman, J. (1988). Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, 94, 95-121.
- Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2003). *Métodos de Pesquisa em Administração (7a ed.)*. Bookman.
- Della Porta, D., & Vannucci, A. (2016). *The hidden order of corruption: an institutional approach*. Routledge.
- Durston, J. (2000). Qué es el capital social comunitario?. *Serie Políticas Sociales*, 38.
- Estévez, A. M. (2005, janeiro/março). Reflexiones teóricas sobre la corrupción: Sus dimensiones política, económica y social. *Revista Venezolana de Gerencia*, 10(29), 43-85.
- Faller, J. K., Glynn, A. N., & Ichino, N. (2013, August). Electoral systems and corruption. In paper at the Annual Meeting of the American Political Science Association, Chicago (Vol. 29).

- Fukuyama, F. (ed.). *Falling behind: explaining the development gap between Latin America and the United States*. Cary, NC: Oxford University Press, 2008.
- Fukuyama, F. *Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity*. New York: The Free Press, 1995.
- Gächter, S., & Herrmann, B. (2009). Reciprocity, culture and human cooperation: previous insights and a new cross-cultural experiment. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 364(1518), 791-806.
- Hair, J. J. F. et al. (2009). *Análise multivariada de dados (6a ed.)*. Bookman.
- Heo, S., Barr, K., & Asanović, K. (2003, August). Reducing power density through activity migration. In *Proceedings of the 2003 international symposium on Low power electronics and design* (pp. 217-222).
- Hetherington, M. J. (2005). *Why trust matters: Declining political trust and the demise of American liberalism*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Husted, B. W. (1999, June). Wealth, Culture, and Corruption. *Journal of International Business Studies*, 30(2), 339-360.
- Kaufmann, D. (2004). *Corruption, governance and security: Challenges for the rich countries and the world*. Available at SSRN 605801.
- Kerlinger, F. N. (1980). *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: Um tratamento conceitual*. EPU.
- Khan, Farzana Naheed and Majeed, Muhammad Tariq (2018): Education levels and Life Expectancy of Males and Females: Empirical Evidence from Pakistan. Published in: *Journal of Arts and Social Sciences*, Vol. 5, No. 1 (31 May 2018): pp. 96-114.
- Kliksberg, B. (2000). *Capital social y cultura*. Fondo de Cultura.
- Klitgaard, R. (1994). *A corrupção sob controle*. Zahar.
- Knack, S. (2002). *Social capital, growth and poverty: A survey of cross-country evidence*.
- Knack, Stephen (1999a) "Social Capital, Growth and Poverty: A Survey and Extensions" World Bank, Social Capital Initiative, Working Paper #7. Available online at: <http://www.worldbank.org/poverty/scapital/wkrppr/sciwp7.pdf>
- Kubbe, I. (2014). *Corruption and trust: A model design*. In T. Debiel, & A. Gawrich, (Ed.), *Functionalities of corruption*. Springer.



- Kwon, S. W., & Adler, P. S. (2014). Social capital: Maturation of a field of research. *Academy of management review*, 39(4), 412-422.
- Mansuri, G., & Rao, V. (2004). Community-based and-driven development: A critical review. *The World Bank Research Observer*, 19(1), 1-39.
- Matos, H. (2009). *O lado escuro do capital social: Implicações sociais e políticas*. FGV.
- Mauro, P. (1995). Corruption and growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 110(3), 681-712.
- Mazzon, J. A. (1978). *Formulação de um modelo de avaliação e comparação de modelos em marketing* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Narayan, Deepa (1997) "Voices of the Poor: Poverty and Social Capital in Tanzania" *ESSD Studies and Monographs Series Vol. 20* (Washington, DC: The World Bank).
- Narayan, Deepa, and Lant Pritchett (1999) "Cents and Sociability: Household Income and Social Capital in Rural Tanzania" *Economic Development and Cultural Change* 47(4): 871-897
- Narayan, Deepa, and Lant Pritchett (1999) "Cents and Sociability: Household Income and Social Capital in Rural Tanzania" *Economic Development and Cultural Change* 47(4): 871-897
- Olken, B. A., & Pande, R. (2012). Corruption in developing countries. *Annu. Rev. Econ.*, 4(1), 479-509.
- Portes, A. (2000). Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Revista Sociologia, Problemas e Práticas*, (33), 133-158. Recuperado de <http://www.scielo.org>
- Power, T. J., & González, J. (2003). Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. *Rev. Sociol e Política*, (21), 51-69. 10.1590/s0104-44782003000200005
- Power, T. J., & Jamison, G. D. (2005, março). Desconfiança política na América Latina. *Opinião Pública*, 11(1), 64-93.
- Putnam, R. (1993). *Making democracy work, civic traditions in modern Italy*. Princeton University Press.
- Putnam, R. D., Alone, B., Collapse, T., & Community, A. Y. N. (2003). Capital social, comunidade e democracia. *Política Soc.*, 2(2), 175-187.

- Richardson, R. (1999). *Pesquisa social: Métodos e técnicas* (3a ed.). Atlas.
- Roniger, L. (2005). Global times once again: Representative democracy and countervailing trends in Iberoamerica. *Iberoamericana* (2001-), 65-85.
- Rose-Ackerman, S. (1999). *Corruption and government: Causes, consequences and reform*. Cambridge University Press.
- Saito, K., Ushiku, Y., Harada, T., & Saenko, K. (2017). Adversarial dropout regularization. arXiv preprint arXiv:1711.01575.
- Seligson, M. (2002). The impact of corruption on regime legitimacy: A comparative study of four Latin American countries. *The Journal of Politics*, 64(2), 408-433.
- Silva, E. L. D., & Menezes, E. M. (2001). *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação* (3a ed.). Universidade Federal de Santa Catarina.
- Silva, M. F. G. Garcia, F., & Bandeira, A. C. (2001). How does corruption hurt growth? Evidences about the effects of corruption on factors productivity and per capita income. Recuperado de <http://www.transparencia.org.br/docs/Corr-growth.PDF>
- Suárez, F., Jabbaz, M., & Isuani, F. (2001, maio/junho). La corrupción organizacional: aportes para un desarrollo teórico conceptual. *Revista Probidad*, (14).
- Tanzi, V., & Davoodi, H. (1998). Corruption, public investment, and growth. In *The welfare state, public investment, and growth* (pp. 41-60). Springer, Tokyo.
- Turner, Nancy J., Marianne Boelscher Ignace, and Ronald Ignace. "Traditional ecological knowledge and wisdom of aboriginal peoples in British Columbia." *Ecological applications* 10.5 (2000): 1275-1287.
- Valdivieso, P. (2003). *Ética política y didáctica de la educación ciudadana—Una metodología aplicada en el caso de Chile*. *Sociedade em Debate*, 9(1), 21-53.
- Warren, M. E. (2001). Social capital and corruption. In *Social capital: Conceptual explorations*. Exeter: University of Exeter. (Rusel Papers, Civic Series, 1/2002). Recuperado de <http://huss.exeter.ac.uk/politics/research/socialcapital/papers/warren.pdf>